

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data _____/_____/_____
Cód. 64100008

Relatório do I Seminário Internacional dos Povos Indígenas promovido pelas Organizações - CIR, APA e CONIVE -
Nos dias 27 a 30/08/97

1. Introdução

O objetivo deste relatório é apresentar o resultado das discussões ocorridas no I Seminário das Organizações Indígenas, onde participaram o Conselho Indígena de Roraima - CIR/Brasil, com 34 delegados, Conselho Nacional Índio de La Venezuela - CONIVE/VE, com 22 delegados e Association Amerindia Peoples - APA/República da Guiana, com 11 delegados. Ocorrido em Boa Vista - Roraima, na Casa Paulo VI nos dias 27 a 30/08/97, com participação de lideranças indígenas, representante do poder público do Brasil e Venezuela e organizações não governamentais. Contou ainda, com a participação de aproximadamente 280 pessoas.

2. Contexto histórico do Seminário

Diante dos grandes problemas que estão afetando diretamente os povos indígenas das áreas de fronteiras Brasil, Venezuela e Guiana, com respeito a questão cultural, social, econômica e política que a sociedade envolvente e os representantes dos povos não aplicam e nem respeitam seus direitos garantidos na constituição dos países, e sem dar a esses povos uma perspectiva digna de futuro, e ao menos o direito de participar das discussões de projetos que afetam diretamente esses povos. A partir desta realidade as organizações dos três países CIR, CONIVE e APA reuniram-se e decidiram realizar este Seminário para encontrar propostas e soluções aos problemas que mais afetam hoje os povos indígenas, onde as discussões envolvesse não só as lideranças indígenas como também a sociedade em geral.

3. Abertura

A cerimônia de abertura foi feita pelo Sr. José Adalberto Silva que convidou para compor a mesa:

Sr. Walter Blos - Administrador da FUNAI
Sr. Jerônimo Pereira da Silva - Coordenador Geral do CIR;
Sebastião Alcântara - Reitor da UFRR;
José Poyo - Presidente da CONIVE;
David James - Presidente da APA
Jean La Rose - Representante das Mulheres Indígenas da APA,
Dom Aparecido - bispo diocesano de Roraima;

O coordenador do CIR Sr. Jerônimo Pereira, deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Finalizou dizendo, que a união de todos somaria forças para lutarem juntos pelos seus direitos. Destacou ainda, que o evento era de suma importância para as Organizações, principalmente neste momento que os povos indígenas estão vivendo num contexto de globalização.
Delegados:

Sebastião Alcântara Filho - Reitor da UFRR, no seu breve discurso colocou que o objetivo da UFRR, é criar recursos humanos para responder as necessidades da sociedade, e está pronta para dialogar junto aos povos indígenas, ou seja, assessorando na formação de técnicos indígenas.

Walter Blos - Administrador da FUNAI, apresentou-se dizendo que a FUNAI é um Órgão Federal e está a disposição dos povos indígenas;

Dom Aparecido - Bispo de Roraima, deu boas vindas a todos, e disse que a Igreja está comprometida com a causa indígena, e a realização do Seminário só iria fortalecer ainda mais as Organizações.

Atossa Soltani - Representante da Organização Amazon Watch, disse que os objetivos da sua organização, são referentes aos projetos e ao apoio as comunidades indígenas, principalmente na área ambiental, social e infra-estrutura.

David Rothschild da Coalition/EUA, apresentou-se falando sobre os objetivos da Organização - apoia as organizações indígenas nas suas lutas e nos problemas ambientais norte e sul da América.

Marta Miranda - trabalha com recursos florestais junto as Organizações não governamentais da Venezuela;

*I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil,
Venezuela e Guiana*

Fergus MacKey - trabalha com as três Guianas apoiando os povos indígenas nas áreas de direitos humanos e mineração em terras indígenas.

Estavam presentes ainda;

Herrmann e Michaela Pró - Regenwald - Alemanha - salientaram que o objetivo da organização a que pertencem é proteger as florestas tropicais e os povos indígenas;

Lelis Paez - representante do Congresso Nacional da Venezuela - colocou que o momento era importante para refletirem sobre os problemas que afetam os povos indígenas dos três países, pois está difícil, devido o processo em que as nações estão passando, é preciso dialogar para fortalecer a luta.

Anna Ponte - falou que o seminário é um ponto de união para a luta que é tão importante para os povos latino americanos,.

Representante do cônsul da Venezuela, colocou que este encontro é de fundamental importância pois o processo de integração Brasil Venezuela e Guiana diz respeito aos povos indígenas e é de interesse comum entre os países vizinhos, por isso é preciso encontrar soluções com bons resultados neste evento;

Representante da OAB - agradeceu o convite e fez votos para que as comunidades consigam soluções para as suas necessidades. Hoje as questões indígenas de Roraima é um problema sério. Tramita no congresso um projeto de lei, feito por um senador que representa Roraima sobre - mineração em terras indígenas, e isto, é sério para as comunidades indígenas.

Egon - CIMI/Norte I - relatou que à 20 anos, em uma Assembleia dos Tuxauas a Polícia Federal, PM e a Polícia Civil dissolveram uma Assembleia que tratava da causa indígena e 20 anos depois os mesmos coordenadores e coordenadores indígenas de outros países discutem o fortalecimento da luta indígena a nível de América Latina. Reforçou que o CIMI sempre apoiou a luta indígena.

Dilson Martins Baniwa - FOIRN - informou sobre a demarcação que está ocorrendo no Alto Rio Negro.

Raimundo Nonato/GTA - informou que os colonos estão acompanhando a luta indígena e almejam que o Seminário tenha bom proveito,

Titonho - Vereador pelo partido dos Trabalhadores - disse que o objetivo do partido é defender a causa dos menores.

Précoma - Advogado - expositor, colocou que o grande problema entre índio e não-índio é o preconceito racial e cultural;

Representante do CAPOIB - disse que estão trabalhando em Brasília para que os direitos indígenas sejam respeitados de fato, e que sejam tiradas conclusões concretas do seminário.

Representante da Eletrobras - ressaltou que trabalha com as questões do meio ambiente e veio para observar os trabalhos, principalmente sobre o tema que fala da transmissão de Energia da Venezuela para Roraima/Brasil. Em seguida apresentaram-se os secretários do Seminário e tradutores.

Finalizando David fez a leitura de uma carta enviada e assinada por representantes das ONG,s internacionais dos Estados Unidos.

Os temas discutidos foram:

1. Legislação Internacional e Nacional e Direitos Indígenas
2. Grandes Projetos de infra-estruturas
3. Mercosul, Biodiversidade e Ecoturismo
4. Mineração e Energia
5. Projetos Calha Norte e Prodesul
6. Alianças e Parcerias
7. Demarcação (Organização e desenvolvimento)
8. Conclusões

1. Legislação Internacional

Palestrantes: Dr. Précoma, Fergus MacKy, Jesus Bello e representantes do CIR, CONIVE e APA.

Dr. Précoma - os índios tem direitos naturais, tais como o usufruto da terra - A capacidade jurídica parte do básico, porém, quando diz respeito aos povos indígenas não põem em fatos concretos, criam as chamadas intervenções que beneficiam apenas a classe dominante, os órgãos que tem o dever de defender os direitos indígenas não os defendem, e isso torna as leis quase inoperantes. Os políticos quando discursam apelam para a soberania nacional, porém, a demarcação das terras indígenas não implica sobre a questão social,

quem fala isso faz uma interpretação distorcida da política, a identificação das terras indígenas não é válida, por isso, a soberania do Estado fere os direitos dos povos indígenas; podemos usar esse argumento também, quando se trata da caça e da pesca em terras indígenas. A constituição fala em preservar, isto é específico quando falamos nos seus valores e direitos, principalmente quando se trata da sua língua, que é o direito congênito de ser o senhor do direito. Quando os órgãos não funcionam eles tem o direito de recorrer a outros órgãos fazendo valer seus direitos - ex.: a questão do Linhão de Guri, esse ato é contra os direitos indígenas, e desrespeita a própria constituição, e se torna difícil discutir, devido os grandes interesses.

Com a criação de municípios em áreas indígenas, os povos afetados devem recorrer aos recursos jurídicos, mas isso se torna difícil, porque a lei é vagarosa. Exemplo disso é a presença de militares em áreas indígenas, e isso, nada mais é do que negar os direitos indígenas. É uma forma de violência, porque a violência não implica apenas em violência física, mas também o preconceito, por isso, falar de passividade entre índio e não-índio, é levar o índio a ser alvo de marginalização. Cabe a eles reivindicar seus direitos juntos aos órgãos federais.

Adalberto - a legislação brasileira não cumpriu o que escreveu sobre os direitos indígenas; os representantes sempre criaram portarias e decretos que desconhecem a carta Magna.

Jesus Bello - na legislação venezuelana os direitos indígenas se encontram dispersos, isso dificulta sua execução. As constituições anteriores reconheciam terras e culturas, hoje constituem um retrocesso que reduz os índios a espécie de camponeses especiais, por isso, é criticada pela política indigenista. Na legislação venezuelana o direito de usar a terra e os recursos naturais são limitados, por isso, a OEA pede aos países latino americano o reconhecimento e usufruto de terras indígenas formadas por indígenas, e proteger o meio ambiente é dever do Estado.

Os projetos pródesul e mercosul no estado de Bolívar faz o próprio estado perder o controle no campo da preservação do meio ambiente, como é o caso da mineração no estado do Amazonas. A corte suprema tomou uma decisão positiva em favor dos povos indígenas, porém a assembléia legislativa não aceitou, sabendo dessa decisão as organizações decidiram formular uma proposta de projeto para ser apresentada a assembléia legislativa, pedindo que aceitem e obedeçam a corte suprema.

Fergus MacKey - os povos indígenas podem usar a legislação internacional como meio para solucionar seus problemas e o próprio estado deve ter essa legislação como calendário quando os direitos humanos são violados, os atingidos podem fazer uma petição a legislação internacional.

2. Grandes Projetos

Palestrantes: representante da UFAM, Atossa Soltani, Steve Schwartzman e representantes do CIR, CONTIVE e APA.

Atossa Soltani - Ressaltou sobre o que está acontecendo na Amazônia. Estão criando um grande impacto sobre alguns estados, pontos próximos as cidades para programas de desenvolvimentos como o projetos da BR 174 e Linha de Guri - o surgimento da eletricidade favorece a exploração em Roraima, e na Guiana as principais interessadas são as mineradoras canadense. Temos que lembrar que sem a força elétrica essas empresas não podem funcionar. Ainda não aconteceu discussão sobre o projeto entre Lethen- Boa Vista - Caracas. Essa é uma oportunidade para as comunidades agirem, é importante lembrar que o governo Brasileiro está investindo muito na área de projetos, e o mais importante ainda, é que afetam as comunidades indígenas.

Neste momento podemos enviar ao governo brasileiro uma proposta concreta de aliança cultural, partindo de exemplo de indígenas dos países: Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Quanto o processo de construção da hidrovía que liga esses países, foi feito através de manifestações e de documentos enviados as ONGS internacionais, com êxito. Mostrou que os povos indígenas estão organizados, e podem pressionar e discutir o que diz respeito aos seus interesses. e isso faz, com que tenham poder de influência nesses projetos multinacionais.

Os grupos ativistas sabem como trabalhar, as comunidades indígenas devem conhecer tais grupos, é preciso apenas conhecer e organizar-se, existe um processo para esses grandes projetos, porém até que seja construída essas estruturas, os grupos indígenas podem ter grande influência no seu planejamento, principalmente quando se trata do impacto ambiental e demarcação das terras. Existem exemplos neste aspecto, como a linha de gás que liga Santa Cruz a São Paulo, os grupos indígenas dessa região conseguiram com êxito agindo com esta metodologia. Outro exemplo é do grupo indígena do Panamá, conseguiram paralisar o término da alta estrada que estava quase concluída. Todos esses exemplos foram trabalhos feitos com grupos indígenas e grupos de suportes, ou seja, as ONGS, apenas com acessoria.

Existem muitas opções para serem discutidas, porém, os casos para serem discutidos com mais urgência são os projetos Linhão de Guri e a construção da estrada da Guiana - as comunidades indígenas não foram consultadas e nem feito estudos sobre o impacto ambiental, social e cultural, isso tem que ser feito e enviado antes da execução desses projetos.

Concluindo, muitos povos estão lutando, mas é preciso uma luta organizada

Tuxaua da Guiana - os povos indígenas precisam somar forças, pois os três países tem um problema comum, que é o financeiro. O governo da Guiana tem apenas 50.000.000 de dólares coloniais para empregar na demarcação, isso é pouco, mas o grande problema é que nós não fomos consultado até a presente data. Não podemos pensar que não temos condições, temos sim, condições de criar indústrias e contribuir com a sociedade, porém todos os projetos tem pontos positivos e negativos, só que nós, como povos afetados, temos que discutir como podemos usufruir desses projetos.

Steve Schwartzman - representante da E.D.F - Environmental Defense Fund, uma Organização americana que existe há 30 anos, trabalha diretamente com projetos internacionais, enfocando a reformulação da política das Organizações financiadoras, principalmente o Banco Mundial e Banco Inter-Americano e outros. Essa é uma campanha de longa data que não é só influenciar projetos, mas também de mudar a política dos Bancos, dando transparência, porque são Instituições públicas e as maiores do mundo, e comportaram-se até recentemente, como instituições privadas de forma secreta e sigilosa. Achamos que existem várias oportunidades para os índios, com o envolvimento dessa natureza aqui na região. Os projetos inclusos aqui são de responsabilidade do Governo em primeiro lugar, mas tem envolvimento de outras Organizações.

Aqui na região o Banco Mundial financia vários projetos, que diz respeito a demarcação das terras indígenas, e as consequências com a demarcação ou não da área indígena Raposa/Serra do Sol, é relevante para o Banco Mundial, portanto é um ponto de influencia.

Na Venezuela o Banco Mundial financia um projeto com mais de 90.000 milhões de dólares em parques nacionais, tais projetos trazem impactos aos povos indígenas; o mesmo não cumpre com a política indígena, portanto, vira uma fonte de influencia na política indígena da Venezuela. Esse é um momento oportuno para essa discussão, afinal, quando os governos planejam o processo de integração, falam em nivelar, tornar igual a política dos diversos países que estão se integrando. É importante os povos indígenas discutirem, fazer valer seus direitos e tornarem igual as políticas sociais das terras indígenas dos diversos países.

No Brasil, tem um certo nível de proteção das terras indígenas, é preciso implementá-la legalmente com um certo nível de defesa. Na Venezuela e na Guiana é diferente, então é, natural e lógico os povos indígenas levantarem os direitos legais de todos os países ao mesmo nível.

José Luiz Gonzales/CONIVE - não temos influência sobre os bancos multinacionais - podemos influenciar no caso da Venezuela quando dizemos que o Estado usa a soberania para pisotear-nos, sabem que somos povos indígenas da Venezuela, mas não temos direito como venezuelano, temos grande extensões de terras, mas não temos título nem como venezuelano, e nem como índio, temos que criar estratégias comuns, conhecer-nos e conhecer muito bem os nossos aliados, pois os projetos de desenvolvimento estão sendo orientados pelos estudiosos - grupos ambientalistas que assessoram o governo - pois nem todos são nossos aliados. É preciso que nós (índio, Estado) trabalhemos em função da unidade para o desenvolvimento dos projetos, buscando soluções para beneficiar todos os envolvidos.

Professor José Aldemir - Representante da Universidade do Amazonas - Grandes projetos na Amazônia.

As estradas aparecem como uma dimensão geopolítica, que se articula com grandes projetos internacionais e a globalização. O primeiro entendimento que temos é que só o estado possui território, é um erro em entender assim, os povos indígenas também produzem território, os caminhos constituem laços de sobrevivência física e cultural.

Na região amazônica, a base de circulação continua sendo os rios, por eles busca-se a parteira, vão os meninos, os noivos, trabalhadores, também pelo rio faz-se a última viagem, portanto, as estradas tem uma outra dimensão enquanto processo civilizatório.

As grandes estradas - fazem parte dos grandes projetos, como projeto global, hoje as estradas na Amazônia não são visíveis mas sim invisíveis - exemplo o projeto SIVAN - é um projeto estratégico do governo brasileiro, que tem como objetivo principal intervir na demarcação das terras indígenas, exemplo de estradas invisíveis: radares e satélites que podem não influenciar em danos físicos, mas tem um poder muito forte na Biodiversidade.

As estradas hoje, não são só aquelas que caminhamos, tem outras dimensões, elas se internacionalizaram, ex.: BR 174 - que liga Brasil ao Caribe e BR 374 - que liga Brasil ao Pacífico, elas atendem os grandes projetos de globalização, mais os grandes projetos tem uma lógica, lucro, contaminação do meio ambiente, dominação cultural e social, atendem somente as grandes empresas capitalistas, por isso existe uma transferência dos países ricos (Europeus e Asiáticos) para os países pobres, e uma região privilegiada para tais países é a Amazônia. Numa visão capitalista a Amazônia ainda é desabitada. Este processo não é irreversível pois ao mesmo tempo que o estado possibilita a expansão comercial, possibilita também às sociedades urbanas e indígenas organizarem-se para terem mais resistência.

3. Mercosul,

Márcio Santilli - O objetivo do mercosul é estabelecer ampliação nos países latino americanos através de vários processos político, social, cultural, econômico. Não é aceitável, os países ficarem de costas uns com os outros - ex.: Brasil/Venezuela que tem uma grande extensão fronteiriça, essa oposição dos países atendia apenas a potência colonial europeia. Esse é um momento em que os continentes estão criando blocos econômicos, e para a América latina é importante porque estamos próximo ao novo milênio, é uma forma de integração do mundo moderno. O mercosul é uma maneira que os países encontraram para sobreviverem diante dos países europeus, por isso, deve ser de interesse de todos os povos.

Em relação aos grandes projetos como a BR-174, com início nos anos 70, em plena ditadura militar e de grandes custos econômicos, principalmente aos povos indígenas Waimiri Atroari, quase exterminados, sendo construída a 25 anos nunca funcionou com eficiência, pagamos caro, porém nunca usufruímos dela. Os grandes problemas não são os projetos, mas a forma de como são executados. A corrupção está presente, exemplos são empresas de políticos que ganham concorrências. Obras são feitas sem estudos ambientais, quando feitas são apenas por empresas de consultorias, para constar burocraticamente, sem benefícios aos povos e ao meio ambiente, é o caso dos Waimiri Atroari que exigiram uma quantia ao governo para o asfaltamento da BR 174, absurdo para o governo, porém aceito, fez o pagamento aos índios. Outro exemplo é quanto a hidroelétrica do Araguaia em Tocantins, os índios xavantes não foram consultados sobre a construção, lideranças indígenas foram pedir explicações do governo federal sobre o que estava acontecendo na área, mas não foram atendidos. Pediram assessoria ao grupo ambiental, que contratou um grupo técnico para fazerem um estudo sobre o impacto ambiental, em reunião o governo reconheceu seu erro, porém, pressionou o ISA para que convencesse os xavantes sobre o benefício que a construção iria trazer.

Não precisamos ser contra os projetos que vem beneficiar a integração dos países, devemos saber discutir com capacidade para o bom uso dos recursos públicos .

Pemon (questionam)

- Por que os povos indígenas tem que pagar com suas vidas os grandes projetos de desenvolvimento?
- Por que só os povos indígenas tem que correr atrás de seus direitos?
- A exploração beneficia os povos indígenas?
- O que significa integração realmente?
- Desde quando estamos integrados - quando estamos desintegrados de nossas culturas?
- Qual a posição dos povos indígenas hoje?

Representante do governador do Estado de Roraima - esses grandes blocos se caracterizam por uma necessidade econômica, isso é importante porque responde a uma necessidade de desenvolvimento. Abordou a questão do mercosul partindo de indicadores positivos que se refere a economia desses países, blocos, não abordou sobre as consequências negativas da políticas do governo Estadual.

Os povos indígenas devem questionar de forma organizada, pois a energia da Venezuela afetará não só as comunidades por onde o Linhão passará, mas afetará indiretamente outras comunidades, porém, não deixa de ter boas perspectivas para um bom desenvolvimento ao Estado de Roraima. Quanto as estradas, Roraima não tem condição de desenvolvimento enquanto não tiver tráfego normal de município a município.

Pergunta:

A contínua invasão das terras Yanomami por garimpeiros, e a proposta feita pelo Senador Romero Jucá que está em trâmite no Congresso sobre a legalização de garimpagem em terras indígenas.

Qual é a posição do governo sobre essa questão?

R: A questão Yanomami não diz respeito ao Estado de Roraima porque é um caso federal, e nem pode entrar em terras demarcadas (Yanomami) sem permissão da FUNAI.

R. Quanto ao projeto de lei o governo está tentando dialogar com as comunidades indígenas porque são elas que sabem se devem aceitar a garimpagem, a construção de estradas e outros, porque são autônomas.

- Qual é a participação dos povos indígenas na negociação da BR-174 e o Linhão de Guri?

R: Não tem conhecimento sobre o assunto.

A questão da imigração da Guiana para o Brasil:

O que os dois países estão fazendo para legalização dessas pessoas e o Estado de Roraima?

R: Ultimamente os dois países estão dialogando sobre o desenvolvimento na área do comércio, só que este diálogo é muito difícil, pois a Guiana é um país com muitas dificuldades, porém existe a negociação, mas sem encaminhamento sobre a legalização de imigrantes.

A questão indígena parece diplomática, porém é contraditória nos seus atos, quais são as ações concretas para esta problemática que envolve todos os povos?

R: O governo tem feito um plano para o desenvolvimento indígena, e está aberto para todas as propostas que as comunidades fizerem, desde que seja para um desenvolvimento coletivo.

A partir desses questionamentos foram divididos os grupos para os trabalhos:

1. Mercosul e Biodiversidade
2. Legislação
3. Grandes Projetos

Os grupos formados apresentaram as seguintes propostas:

O objetivo dos trabalhos foi discutir os temas nos grupos e trazer propostas para serem discutidas em plenária e serem encaminhadas.

BIODIVERSIDADE

A Biodiversidade é um tema abrangente, que trata das várias espécies de animais, plantas que existem num determinado local ou região.

Essa discussão é abrangente, porque na Amazônia existe a maior Biodiversidade do mundo, pela quantidade de grupos de animais, flora e fauna que existem.

* Como podemos descobrir uma forma de proteger toda essa diversidade existente em nossa Amazônia?

* Porque essa Biodiversidade é muito importante?

Existem muitas companhias internacionais farmacêuticas interessadas porque as diferentes plantas que aqui existem tem um valor medicinal. Porque essas grandes empresas multinacionais podem transformar essas plantas em remédios e venderem a alto preço e com isso faturarem muito, sem retorno algum para as comunidades indígenas. Com isso prejudica as espécies, levando até o extermínio.

Foi dado algum enfoque pelo companheiro delegado da Guina Inglesa sobre a questão da Biodiversidade.

Houve uma consulta para os povos indígenas com relação a projetos desenvolvidos na área da Biodiversidade e nós já estamos estudando alguns tipos de plantas existentes em nossas comunidades. A partir daí está havendo uma preocupação.

A política do governo está bem clara, o representante do governo disse "que não devemos olhar para o passado", pois, os problemas ocorridos anteriormente ele não tem conhecimento.

O que percebemos é que coincidentemente o governo atual está repetindo erros dos governos passados.

* Temos um exemplo concreto, a criação dos municípios em áreas indígenas - Brasil.

* Os cientistas do Instituto Smithsonian, estão recoletando plantas e insetos e também a sabedoria do povo indígena na Guiana.

Este trabalho foi conduzido de uma maneira informativa porque o tópico é amplo, e os participantes compartilharam suas próprias experiências vividas em seus países.

Baseados nas discussões em grupos, os participantes expressaram suas preocupações com os seguintes pontos:

a) que os governos nacionais façam novas leis de acordo com o que delinea a convenção sobre a diversidade biológica.

b) que os governos nacionais parem de outorgar concessões de minério e madeira que estão destruindo a Biodiversidade nesses países.

c) que os governos nacionais respeitem os direitos dos povos indígenas e o controle de seus recursos naturais (recursos genéticos) em seus territórios.

d) que o grupo ou comitê seja formado para seguir as discussões e decisões feita aqui para um seguimento fixo.

e) que se faça uma reunião para revisar as decisões que foram tomadas aqui .

LEGISLAÇÃO INDÍGENA

1º Grupo

Foi discutido em grupo a violação dos direitos humanos junto aos povos indígenas, importância da educação sobre os direitos humanos, documento de lei internacional organizações intergovernamental sobre os direitos dos povos indígenas, condições dos processos na OEA.

Propostas:

a) que se traduza para português e espanhol os documentos de lei internacional e organizações intergovernamentais e se forme um grupo de advogados para tratar dessa legislação - direito internacional indígena.

b) fazer uma lista de organizações e advogados que tem interesses em apoiar os indígenas na sua luta e formação.

2º Grupo

Ressaltou como poderia se utilizar mecanismos internacionais para garantir os direitos humanos no fortalecimento dos direitos indígenas, principalmente no mecanismo que representa a Comissão Inter-Americano sobre Direitos Humanos, em particular, a Declaração Inter-Americano sobre Direitos Indígenas, proposta pela Organização de Estados Americanos. Esta Declaração esboça os direitos indígenas, como os direitos a terra e a participação nas discussões.

Acrescentaram ainda, a necessidade para estabelecer seminários a nível da comunidade sobre educação de direitos, pois, sem saber quais são os direitos indígenas é impossível defendê-los. Mencionaram a necessidade da tradução do manual escrito em inglês sobre direitos indígenas como uma prioridade relacionada a educação de direitos. Este manual, foi escrito para organizações indígenas, aborda a lei internacional, os direitos humanos, os direitos indígenas, como utilizar processos internacionais para defender os direitos indígenas, e inclui cópias das convenções internacionais como a OIT 169, a Declaração Inter-Americano. Este documento também discute a lei internacional sobre meio ambiente e questões de desenvolvimento, assim como os direitos de propriedade intelectual e questões de Biodiversidade.

Propostas:

- 1) Traduzir o manual sobre direitos indígenas para espanhol e português;
- 2) Criar uma comissão de advogados a nível nacional e internacional que possam assessorar e apoiar os povos indígenas de Guiana, Venezuela e Brasil na área jurídica.
- 3) Juntar uma lista de organizações, universidades e advogados que possam treinar os povos indígenas dos três países na matéria de direito internacional e sobre como poderiam utilizar os processos internacionais para defender os direitos indígenas. O grupo sugeriu que cada organização indígena Noemi 5 pessoas para este treinamento, para se evitar o perigo de perder as informações transmitidas no treinamento.

GRANDES PROJETOS

Propostas:

1. Que seja feito a demarcação das terras indígenas, para depois estudar as possibilidades de construção das estradas e transmissão de energia nos territórios indígenas.
2. Antes de qualquer projeto de estrada, que seja feito o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e discutido junto com as comunidades e organizações indígenas.
3. Que desse encontro seja feito um documento para o Governo da República da Guiana solicitando que seja feito um estudo que leve a resolver os problemas dos povos indígenas (garantia da terra.....), antes de se construir uma estrada.
4. Que as organizações indígenas do Brasil, Venezuela e Rep. da Guiana, consolidem-se para defender os povos indígenas, diante dos projetos que ameaçam seus direitos.
5. PAVIMENTAÇÃO DA BR 174 (trecho em Roraima)
* que seja feito um Relatório de Impacto Ambiental, antes da continuidade da pavimentação, e colocado à disposição da sociedade e dos povos indígenas para debate.
6. LINHA DE TRANSMISSÃO DE GURI

Com relação à Venezuela:

* projeto de ampliação da capacidade geradora de Guri, irá afetar vários povos indígenas, como os Maiongong, (Ye'kwana), Sanemã(subgrupo Yanomami) e Pemôm, com sérias consequências sobre o meio ambiente e a Biodiversidade.

* Desvio das águas do rio Caura, Parágua e os afluentes dos mesmos, através de um canal de 30km de extensão e 300 metros de largura, irá alagar aproximadamente 500km², onde se localizam a terra de 16 comunidades indígenas. A barragem no rio Parágua irá alagar aproximadamente mais 200km².

* A linha de transmissão de Guri até a fronteira com o Brasil irá atravessar o Parque Nacional Canaima e terras indígenas em sua maior parte. A maioria das terras desses povos não estão juridicamente assegurada.

1. Que seja elaborado um documento ao Presidente da Venezuela e Edelca(empresa construtora) pedindo uma consulta aos povos e organizações indígenas afetadas.
2. Os povos indígenas da Venezuela afetados pelo projeto de ampliação da potência da hidrelétrica de Guri, rechaçam este macro-projeto, posicionando-se contra a linha de transmissão por afetar os povos indígenas e o meio-ambiente.

Com relação ao Brasil:

1. Que sejam demarcadas todas as terras indígenas no Estado de Roraima, antes de se iniciar a construção da linha de transmissão de Guri.
2. Que o Governo cumpra o preceito constitucional que o obriga a demarcar e garantir as terras indígenas.

Estrada Boa Vista- Lethem - Georgetown

1. Que os povos e organizações indígenas afetados, no Brasil como na Guiana, busquem informações para aprofundar as consequências da construção da mesma trará, bem como a tomada de posições.
2. Que sejam garantidas todas as terras indígenas.
3. Que sejam criados cursos de capacitação/formação aos povos indígenas que serão afetados pela estrada, para que tenham melhores condições de enfrentar a nova realidade.
4. Que sejam dadas condições, aos povos e comunidades afetadas, para terem acesso a financiamentos, criando um banco regional indígena.

MERCOSUL

As pressões internacionais dos grandes blocos econômicos conduzem as ações de unidade (integração) de países que não estão ainda dentro desses blocos, como a Venezuela no marco de iniciativa do mercosul. Estas ações não beneficiam as populações dos países envolvidos, os povos originários e nem a grande maioria pobre desses países, é por isso, que o mercosul para nós, não é uma opção satisfatória para resolver os interesses de intercâmbio comerciais, já que só participam os grande setores econômico privados (os governos), exemplo disso é o acordo elétrico entre Venezuela e Brasil.

Ocorreu pressões para incorporar Venezuela ao mercosul, mas isso não beneficia os povos indígenas da região. O grupo propôs a criação de um mecanismo de ação e participação. Não querem a integração, mas a livre participação democrática em todos os processos que de uma ou outra forma os envolvem direta e indiretamente, por serem componentes originários importantes na criação (formação desses países latino americanos)

Sugestões:

- a) Criação de uma coalizão de comércio indígenas da América.
- b) Exigir que os estudos de impacto social ambiental desses macro - projetos de globalização, sejam sérios e objetivos, de tal maneira, que estes impactos sejam menores.
- c) A preparação contínua do nosso povo, para poder assumir estes compromissos e desafios que estamos enfrentando.

Mineração

Marta Miranda - As grandes companhias Canadenses tem projeto de mineração na Venezuela, esses projetos atingem também outros países da América Latina, elas não têm nenhum estatuto que poderá ser

usado quanto ao pacto ambiental, mesmo se tivesse não estavam preocupado em por em prática com rigor esta lei, algumas nem estatuto tem, apenas seus objetivos é tirar, sem se responsabilizar com os impactos ambientais sociais e culturais, porém elas afirmam que tentam minimizar tais impactos, para essas empresas os direitos humanos não importam, não mostram desenvolvimento favorável, só grandes acidentes no meio ambiente. De algumas companhias pequenas que tem uma certa política, é mais fácil cobrar, de certa forma elas tem normas.

É interessante levar uma Delegação indígena dos países afetado ao Canadá, essa delegação seria para expor seus problemas diante das companhias e ONGS.

Os povos indígenas devem formar um grupo de estudo para elaborar propostas para as empresas canadenses, para que as mesmas tenham informações importantes que possam orientá-las sobre os danos ecológicos.

Jean La Rose representante da Guiana - Mineração na Guiana - o governo está cedendo concessões às empresas canadense e norte-americana em área indígenas, sem consultar as comunidades, somente quando são invadidas é que ficam sabendo da negociação do governo com essas empresas.

A lei indígena da Guiana diz o seguinte: quando os índios estão nas terras, tem direito do título definitivo, do usufruto dos bens da terra. O que temos observado é uma ignorância e um desconhecimento do governo à causa indígena. Então, o governo contrata grupos de geólogos para fazerem estudos nas terras indígenas e os resultados são entregues as essas companhias concessionadas. Outro caso que podemos ressaltar é que essas grandes companhias mineradoras fazem alianças com empresas madeireiras na fronteira do Suriname.

Os povos indígenas não tem direito como índios, porém deveria ter ao menos como ser humano; quando são entregue as concessões as companhias, os índios tem que sair da sua própria terra, a terra é vida, mas o governo não é a favor. Os impactos não são somente ambientais, mas também, social e cultural.

Os órgãos do governo não tem condições de monitorar as pequenas companhias, será que vão ter condições de monitorar as grandes companhias do Canadá e dos Estados Unidos? Sem contar com a invasão de garimpeiros vindos de outros países.

Nós povos indígenas daquele país, já estamos cansados de testemunhar muitos danos ambiental, social, cultural em nosso território - exemplo: alcoolismo, desestruturação familiar e outros. Os índios estão fazendo diretrizes e se preparando para disculirem com o governo os problemas causados por essas empresas. São treinadas pessoas para trabalharem na mapeação das áreas, mas não são aceitos pelo governo, estamos procurando meios legais para que os nossos problemas sejam resolvidos.

Realidade da Serra da Mataca/Venezuela - 350.000 índios aproximadamente, existem na Venezuela, 27 povos, minério, petróleo carvão, bauxita, ouro e diamante. O garimpo de bauxita tem afetado povos no estado da Bolívar que atinge a quarta parte do território, outra região que fica abaixo do estado de Bolívar, tem 80% de minério, chama-se Macural, nela se encontra o Parque Nacional, reserva florestais, monumentos naturais e outras riquezas. Um exemplo claro de exploração na Venezuela é no artigo 1.850, que fala da exploração florestal de 1.500.000 hectares, porém a lei não foi cumprida, já passaram de 3.500.000 hectares de exploração. Esse decreto foi redigido sem consultar as populações indígenas, e os direitos naturais indígenas, mais uma vez são violados.

Estamos unidos com a Universidade Federal, Igreja Católica e outros aliados com o processo contra essa degradação.

Nós povos indígenas da Venezuela não somos contra o governo, mas contra a sua forma de imposição, por isso pedimos que todos os grupos da Guiana, Brasil e ONG,s se solidarizem conosco nesta causa.

Proposta: que se faça um encontro para se tratar do problema da mineração com os três países aqui presentes.

Representante dos Yanomami da Venezuela - falou de sua realidade; somos testemunhas do grande massacre dos garimpeiros ao nosso povo, mas para o governo, isso é um processo legal, estamos aqui para falar dos problemas dos Yanomami que estão na fronteira, parecem distantes, porém, existe invasão constante em nossas terras; para o homem branco, quem vivem na floresta não tem problemas, mas nós temos, é por isso, que não queremos garimpeiros em nosso território, pois, causam doenças e destruição na natureza.

Quando os garimpeiros invadem as nossas terras, os Yanomami perguntam, onde vamos morar, trabalhar, caçar, plantar, se a mata os rios estão destruídos? o que vamos beber se a água está poluída? É por esse motivo que exigimos respeito dos não índios, porque nós queremos viver como nossos antepassados, não vivemos com dinheiro, precisamos sim, viver nos bosques colhendo, pescando nos rios, viver a liberdade que o nosso criador deixou".

Davi Yanomami - Salientou, "estamos aqui para discutir o que está acontecendo com os Yanomami, também aqui estão nossos aliados não índios, que podemos chamar de amigos, e nossos inimigos onde estão? Eles que poderiam está aqui para escutar, mas eles estão escondidos distantes, e os políticos porque não estão aqui? Só vem procurar-nos nos tempos das eleições, por isso, é bom fazermos aliança para atralhar os trabalhos deles, o governo tem alianças com outros países para fazer projetos, mas não chamam nós para participar com eles, nem por isso vamos deixar que eles destroem nossas terras com seus projetos. Quem é o chefe que conduz a destruição? onde ele acha tanto dinheiro para destruir os povos e suas terras? porque ele não usa esse dinheiro com tantas pessoas que passam fome na cidade que estão desempregados? por isso não podemos deixar destruir a nossa terra, porque assim até eles vão sofrer. O planeta terra é único, não tem outro, se destruir todos vão morrer, o dinheiro só traz problemas, a terra não, ela dá comida, da vida, é por isso, que não devemos deixá-los tomar nossa Amazônia, a terra não pode ser vendida e não tem dinheiro que pague a nossa vida".

Lúcia Andrade - CPI - o início do trabalho da CPI junto ao CIR, foi a partir de 1994, com a questão da Barragem do Cotingo (Tamanduá, na Raposa/Serra do Sol). Essa barragem inundaria 3.700 h.c. das terras indígenas, estas informações foram levadas ao governo federal para paralisar o projeto de construção do governo estadual, o CIR contestou esse projeto do governo estadual, que criou um loby junto ao governo federal que afirmava que essa área era desabitada. Essa campanha foi concedida e apoiada pelo governo federal, que esta construção prejudicaria muito as comunidade indígenas.

Em janeiro de 95, o governo de Roraima levou a polícia para tirar os índios da área sem nenhum mandato judicial, violando assim a constituição, que diz: toda e qualquer construção em terras indígenas só podem ser iniciadas com a permissão dos índios, porém, o governo de Roraima afirma que poderia ser feita a construção, pois a terra não era demarcada. Foi iniciada uma outra campanha, com propostas de estudos alternativos que pudessem favorecer toda a população, índio e não-índio, por isso os índios foram acusados de irem contra o progresso.

A CPI e o CIR laçaram como proposta para solucionar o problema de energia no Estado de Roraima, a compra de energia da Venezuela. Essa proposta foi apresentada ao Governo Estadual, e solicitado ainda, um estudo dos impactos ambientais que poderia causar aos povos com a transmissão de energia de Guri a Boa Vista, não houve resposta da parte do Governo. O que ocorreu no entanto, foi uma decisão muito rápida entre os governos do Brasil e Venezuela da compra de energia de Guri

Projeto Calha Norte

Egon - representante do CIMI - Norte I - falou sobre o projeto Calha Norte iniciado na década de 80, com informações de entendimento geográfico, relatando que o mesmo fica no norte do rio Amazonas, 14% do todo território nacional, 22% no Amazonas, 600km de fronteira com os países vizinhos Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia.

No norte do Brasil, localiza-se a maior parte da população indígena com 50 povos, uma população aproximadamente de 100 mil índios. esse projeto é basicamente militar, está região é rica em minério, e no ponto de vista militar é uma área vazia, pelo fato de habitar somente indígena, considerada área de risco,

narco tráfico vindo da Colômbia, guerrilha, formação de um estado independente, com influência marxista pelo lado da Guiana. A origem de tudo isso foi elaborada pela forças armadas, serviço nacional, é um esquema sigiloso, as áreas prioritárias para este esquema é o Alto Solimões, Alto Rio Negro, onde é a base do projeto e na região Yanomami. Significou que os militares defendem a doutrina de segurança nacional e as terras indígenas são preocupação no Brasil, principalmente na fronteira que fica a 150km de distância e a proposta era demarcar essas terras em ilhas e não como territórios indígenas.

O projeto foi feito em 1985, e só foi passado ao conhecimento dos índios em outubro de 1986, quando o mesmo estava sendo implantado. Características do projeto - forma sigilosa e autoritária, sete pilotões em fronteira. Sivam - apoia a infra-estrutura para qualquer tipo de informações - ex.: 31.000 pedidos de pesquisa mineral na área indígena. Projeto Calha Norte - objetivo inviabilizar os direitos indígenas .

Jaci José de Souza - Coordenador Regional das Serras - o Projeto Calha Norte iniciou em áreas indígena em 1992, onde os índios estavam trabalhando na retirada de garimpeiros; com a invasão dos militares trouxeram danos as comunidades indígenas, invasões de casas de apoio das comunidades. Neste dia os índios estavam fazendo barreira para que os garimpeiros não entrassem na área do garimpo. Outro ponto importante da história, de briga entre militares e indígenas, foi quando tentaram construir a barragem do Tamandúá, porém, esta construção não foi levada em frente, mas a crise não parou por aí, outra questão forte em áreas indígenas foi a criação dos municípios de Uiramutã e Pacaraima. Na área Yanomami, a invasão de garimpeiros continua, mesmo a terra sendo demarcada e homologada.

Guilherme - representante da CONIVE - Na Venezuela tem um projeto semelhante ao projeto Calha Norte, é a primeira tentativa de conquista do Sul na presidência de Rafael Caldeira, iniciado em 1968 chamado Prodesul - este projeto contempla três estados Tamacuro, Bolívar e Amazônia, aproximadamente com 50 % do território nacional. Foi elaborado por uma comissão onde a maioria eram militares, o objetivo do projeto é desenvolver o sul da Venezuela com exploração de minério e madeira, também afirmavam que as áreas eram vazias, mas existe uma contradição entre o projeto e o estado pela grande crise financeira, e neste caso, o país busca investimento em bancos internacionais para adquirir verbas.

Nos últimos anos a Venezuela vem tentando fazer aliança com o Brasil, formando inúmeros projetos, é o caso da energia de Guri e a Transamazônica. A população dos estados é maioria índios. A região Amazônica faz críticas em relação ao projeto. Não contempla os anseios da população indígena como: saúde, educação, demarcação das terras, mesmo sendo um projeto de desenvolvimento não foi implantado por falta de verbas, porém, tem uma organização a CBG que faz estudos para verificação de petróleo, é um projeto ultra-secreto do governo venezuelano.

Pergunta:

a) Porque o exército é guardião da fronteira e não os índios que já habitam ali por muito tempo?

R.: Seria um pensamento de corporação, que os índios junto aos militares seriam os guardiões ou aliassem-se a grandes projetos na fronteira. Há falta de compreensão da política militar de não ver esses povos como cultura diferente capazes de viverem juntos como nação.

José Luiz Gonzales - 500 anos não foram suficiente para exterminar os povos indígenas, a resistência continua, estamos nos organizando, fazendo alianças entre os três países, essa é uma forma de reação frente aos grandes projetos, que não respeitam a forma de viver dos povos indígenas, tais como Calha Norte no Brasil, Prodesul na Venezuela, a intenção desses grandes projetos nada mais é que a exterminação dos povos indígenas, e não a colonização como é a filosofia dos grandes projetos, por isso, os povos indígenas precisam se unir.

João Neves - Prefeito de Oiapoque - No Oiapoque vivem três povos indígenas com suas área demarcadas e homologadas. Um dos avanços na organização é a realização desse Seminário vivenciado, o mesmo é de grande importância, pois a maioria dos problemas existentes nos três países são iguais, e para isso é preciso buscar espaço dentro da política internacional, somos seres humanos dotados de inteligência, e podemos também assumir cargos políticos, como exemplo a minha candidatura no município do Estado do Amapá.

Outro avanço é a união com a Guiana Francesa, os mesmos lutam a 16 anos para elegerem parlamentares indígenas, hoje, tem 2 vereadores e 1 prefeito indígena.

Alcançaram ainda a participação na discussão da elaboração dos projetos, o direito de dialogar, pois antes, os projetos já vinham prontos.

Proposta para CAPOIB - promover um encontro a nível de Brasil para uma discussão com parlamentares, com objetivo da luta pela demarcação das terras e defesa dos povos indígenas.

Perguntas:

Membro da CONIVE - Como funciona sua prefeitura, com modelo de branco, negro ou de índio?

R. O modelo administrativo tem um pouco de cada, pois é fronteira e recebe pessoas de vários países. Houve mudanças, a organização é do povo indígena, e há um espaço para discussão para encontrar soluções aos problemas. Conseguimos a maioria da câmara legislativa, e trabalhamos juntos.

Ezineido - colocou uma reflexão sem o trabalho indígena, principalmente aqui em Roraima, existem companheiros indígenas na política, mas os mesmos não estão atuando adequadamente, ou seja estão despreparados para atuar na área política, servem como fantoche nas mãos do governo, ou seja, são objetos e não tomam realmente a sua posição concreta atuante.

Nelino Galé - a terra é demarcada? Existem mineração e madeiras nas suas terras? A população tem participação legal nas empresas? Para onde vai o dinheiro arrecadado, Guardam em bancos?

R. Existe sim, uma participação legal das comunidades, mas também ocorreram problemas que foram resolvidos.

R. O dinheiro vai diretamente para a conta da associação OIPI, para ser usado quando preciso for.

R. Sim, a população participa enviando sugestões para o prefeito, e Roraima poderiam trabalhar com a população indígena também.

Apresentação e aprovação das propostas sobre:

Mineração

Propostas a Curto Prazo

* Demarcar os territórios indígenas nos três países antes de que sejam concedidas concessões de mineração a particulares

* Fazer um moratório sobre as novas concessões de mineração até que as leis sejam revisadas, especialmente em termos dos impactos sobre os direitos indígenas e a Biodiversidade

* Promover uma ação conjunta entre os governos da Venezuela e Brasil para retirar os garimpeiros que estão dentro do território Yanomami

* Solicitar ao governo do Brasil a implementação de uma lei contra a mineração ilegal (garimpo) imediatamente

* Pedir que o governo da Venezuela anule o decreto 1850 que permite a mineração na Reserva Florestal de Imataca

* Pedir a outros países que realizem um monitoramento do desenvolvimento do projeto de lei que está sendo discutido no Brasil, que abre as possibilidades de mineração em territórios indígenas

* Pedir a inclusão do Brasil no seminário sobre mineração promovido por Minewatch que se realizara na região

Propostas a Médio Prazo

* Promover uma conferência internacional que enfoque exclusivamente as atividades de mineração nos três países;

* Promover um desenvolvimento dos padrões internacionais que regulam as atividades minerais nos três países, para eventualmente chegarem por penas pesadas sobre as atividades ilegais de mineração;

- * Pressionar os governos dos três países para que estabeleçam um comitê indígena que possa fazer pressão nas reuniões internacionais dos governos e foros internacionais;
- * Fazer o zoneamento e promover o ordenamento territorial nas áreas indígenas e áreas indígenas para atividades específicas;

Propostas a Longo Prazo

- * Capacitar os povos indígenas para que possam discutir os projetos de grande escala que os afetam;
- * Criar um fundo para que os três países possam financiar atividades de educação sobre os direitos indígenas, administração e saúde, chamado "Operação Sobrevivência";
- * Reforçar os projetos de educação entre os Yanomami do Brasil e Venezuela para que possam estar capacitados para negociar, quando for necessário.
- * Antes de qualquer exploração mineral e extração de Madeira em terras indígenas, tenha discussão entre índios e empresas interessadas, também pesquisadores, principalmente sobre a Biodiversidade.

Projetos Calha Norte, SIPAM, SIVAM e PRODESSUL

- * Considerando que os povos indígenas das regiões fronteiriças Brasil, Venezuela e República da Guiana, continuam sofrendo invasões, violências, desalojamentos, saque de seus recursos naturais, culturais e econômicos;
- * Que o atual modelo de desenvolvimento com a implantação de macro - projetos de infra-estrutura (estradas, energia elétrica), de exploração e extração mineral não contempla os legítimos direitos e necessidades dos povos indígenas;
- * E se continuarem elaborando e implantando projetos econômicos e geopolíticos desconsiderando as populações indígenas da região fronteira (Prodesul, Calha Norte, Sipam e Sivam);
- * Considerando que os povos indígenas não são consultados e nem permitida sua participação efetiva nos projetos de aproveitamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis;

Os participantes deste primeiro Seminário Internacional de Povos Indígenas do Brasil, Guiana e Venezuela, exigiram:

1. Que os povos indígenas sejam respeitados como povos étnicos e culturalmente diferenciados com direito e capacidade de definir nossos próprios projetos de vida presente e futuro.
2. Que nossos territórios não sejam mais considerados "espaços vazios", que precisam ser ocupados e explorados, mas que sejam todos efetivamente demarcados, livres de invasores e de outras formas de ocupação e pressão.
3. Que não se continue construindo novas bases militares em terras indígenas.
4. Que os governos permitam o livre trânsito das populações indígenas nas fronteiras.
5. Que os governos apoiem os projetos que estão sendo desenvolvidos pelos povos indígenas, de educação indígena, de saúde, redes de comunicação por rádio, transportes e atividades econômicas próprias.
6. Que os povos indígenas tenham a decisão sobre o uso das riquezas naturais renováveis e não renováveis existentes em seus territórios.
7. Que nos grandes projetos em nossos países, que dependem de financiamentos internacionais, só sejam liberados os recursos quando forem atendidas as reivindicações indígenas.
8. Que os três países possam estudar um meio para solucionar os problemas existentes entre eles, e que o Brasil elabore essas propostas.

Energia de Guri

Com relação a compra de energia da Venezuela para Roraima - Brasil, os índios da Venezuela não aceitam a construção do Linhão de Guri e pedem que os povos indígenas do Brasil também não aceitem, porém, no Brasil, os índios já estão negociando junto a Eletrobrás e o Governo a melhor maneira de construção do Linhão sem que cause um maior impacto aos povos indígenas e o meio ambiente. Reivindicaram a demarcação das suas terras, a retirada dos posseiros e garimpeiros e um estudo sobre o impacto ambiental com o acompanhamento de um grupo indígena, escolhido pelas lideranças.

Conclusão

Este grande evento trouxe uma perspectiva para os povos dos três países, com pontos positivos que fortalecerão suas lutas em busca de uma solução para os problemas que os afetam, mostrou ainda, um laço de união, compromisso e consciência de suas realidades, através de debates, reflexões e propostas. Foi agendado o II Seminário Internacional que será na Venezuela, em agosto/98.

O I Seminário foi encerrado com agradecimentos ao público em geral, aos delegados, expositores, equipe assessora, aos organizadores, as Organizações financiadoras, tradutores, secretários e equipes de apoio, por fim, foi feita apresentação de um grupo indígena wapixana que mostrou a dança típica de seu povo.

Boa Vista/RR, 26 de setembro de 1997.

6

1